QUIL CORPO É ESSE?

30 anos de ECA: falando sobre proteção 200



SOBRE ESTE GIBI

Esta publicação faz parte do conjunto de materiais do Projeto
Crescer Sem Violência, iniciativa do Canal Futura, Unicef e
Childhood Brasil, que tem por objetivo disseminar informações
de qualidade e metodologias para o enfrentamento das diferentes
formas de violência sexual contra crianças e adolescentes.
Em diferentes partes do país, o Crescer Sem Violência conta com
ações presenciais de capacitação de educadores e profissionais
da rede de proteção à criança e ao adolescente, produção de
matérias jornalísticas, minicursos online e distribuição de cadernos
pedagógicos, formando uma grande rede de mobilização.



O projeto conta, ainda, com três séries audiovisuais:
"Que exploração é essa?", "Que abuso é esse?",
"Que corpo é esse?", disponíveis gratuitamente no YouTube
e no FuturaPlay. Em comemoração aos 30 anos do Estatuto
da Criança e do Adolescente (ECA), além deste gibi, outros
conteúdos foram especialmente produzidos com o objetivo de
abordar a importância da proteção de crianças e adolescentes de
acordo com a legislação brasileira. Este gibi possui também uma
versão em espanhol, cuja tradução foi facilitada pela Plataforma
de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela —
Plataforma R4V. Para conhecer mais detalhes do projeto Crescer
Sem Violência e ter acesso a este e outros materiais é só acessar







































































































LINHA DO TEMPO

1989

Foi adotada pela Assembleia
Geral da ONU a Convenção
sobre os Direitos da Criança
(CDC), o instrumento de
direitos humanos com maior
número de ratificações
da história (196 países).
Além de ratificar a Convenção,
o Brasil deu um passo a mais,
construindo um marco legal
voltado especialmente para
a promoção e garantia
dos direitos das crianças e
adolescentes: o ECA – Estatuto
da Criança e do Adolescente.



1990

Em 13 de julho, é sancionado o ECA.

1991

É criado o Pacto
pela Infância e o
Conselho Nacional
dos Direitos da Criança
e do Adolescente

1992

Acontece a I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança, promovida pelo Pacto pela Infância.



O Brasil amplia a escolaridade obrigatória para 4 a 17 anos.

2004

O Brasil ratifica dois protocolos facultativos que complementam a CDC: um sobre vendas de crianças, exploração sexual e pornografia infantil e outro sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados.



É realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2016

Em 8 de março, é sancionado o Marco Legal da Primeira Infância.

2017

Em setembro, o Brasil ratifica o terceiro protocolo facultativo da CDC: permitindo que as crianças ou seus representantes apresentem reclamações, apelações e petições contra qualquer Estado que tenha ratificado o protocolo. Neste mesmo ano é sancionada a Lei nº 13.431, que prevê a escuta especializada e o depoimento especial como procedimentos importantes de entrevista sobre situação de violência envolvendo crianças ou adolescentes.

